

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSER



**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
BIÊNIO 2021-2022**

**CAMPO GRANDE/MS
2022**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA-GERAL DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA
SAÚDE
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSER



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
BIÊNIO 2021-2022

CAMPO GRANDE/MS
2022

GOVERNADOR

REINALDO AZAMBUJA SILVA

VICE-GOVERNADOR

MURILO ZAUTH

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

FLAVIO DA COSTA BRITTO NETO

SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DE SAÚDE

CRHISTINNE CAVALHEIRO MAYMONE GONÇALVES

DIRETOR-GERAL DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE

ANDRÉ VINICIUS BATISTA DE ASSIS

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Gerência de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde – ESP/MS

Marcia Naomi Santos Higashijima – Titular/Presidente

Edgar Oshiro – Suplente

Gerência de Formação e Acompanhamento Pedagógico ou Gerência de Pesquisa,
Extensão e Inovação em Saúde – ESP/MS

Inara Pereira da Cunha – Titular

Maria de Lourdes Oshiro – Suplente

Secretaria Acadêmica – ESP/MS

Ricardo Alexandre Soares do Amaral – Titular

Helizene Moreira da Silva – Suplente

Área Técnica da Secretaria de Estado de Saúde

Gabriela Piazza Pinto – Titular

Karine Cavalcante da Costa – Suplente

Discente ou egresso – ESP/MS

Adriane Horn Angnes – Titular

Membro externo

Nathan Aratani – Titular/Vice-presidente

Laís Alves de Souza Bonilha – Suplente

AUTORES

Marcia Naomi Santos Higashijima

Inara Pereira Cunha

Maria de Lourdes Oshiro

Edgar Oshiro

Nathan Aratani

Helizene Moreira da Silva

Ricardo Alexandre Soares do Amaral

Karine Cavalcante da Costa

Gabriela Piazza Pinto

Adriane Horn Angnes

REVISÃO FINAL

Marcia Naomi Santos Higashijima

HIGASHIJIMA, M. N. S. (org.) Relatório de autoavaliação institucional - biênio 2021-2022. Secretaria de Estado de Saúde. Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2022.

Todos os direitos desta edição reservados à ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSER. É permitida a reprodução total ou parcial deste material, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Informações da instituição	7
1.2. Autoavaliação	8
1.3. Composição da Comissão Própria de Avaliação	9
1.4. Planejamento da autoavaliação	9
2. METODOLOGIA	11
2.1. Instrumento de avaliação do curso – discente	11
2.2. Instrumento de Avaliação – Trabalhadores	12
3. DESENVOLVIMENTO	12
4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	26
5. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
APÊNDICE A	46
APÊNDICE B	47

1. INTRODUÇÃO

1.1. Informações da instituição

A formação e o desenvolvimento dos profissionais da saúde são fatores essenciais para a promoção de uma boa qualidade de vida das pessoas. Ao longo do tempo, as iniciativas educacionais na área da saúde vêm contribuindo, progressivamente, com a formação de seus trabalhadores e com o desenvolvimento institucional, na busca de um Sistema Único de Saúde (SUS) mais humanizado, efetivo e equânime, seja na gestão, na atenção, na participação social e na educação.

A qualificação dos trabalhadores e profissionais de saúde pelas Escolas de Saúde Pública, vinculadas às Secretarias Estaduais de Saúde, realizada por processos de educação continuada e de educação permanente em todo o território nacional, tem se constituído uma estratégia importante para a melhoria da saúde pública no Brasil.

É a partir desse entendimento que a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul apresentou ao Governo do Estado a proposta de criação da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul, que ocorreu em 20 de fevereiro de 1989, denominada de Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS). As suas origens estão em consonância com a trajetória expansionista dos cursos descentralizados da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) e, no esforço contínuo da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul em se manter atualizada com as inovações pedagógicas, tecnológicas e metodológicas no campo da formação e desenvolvimento de recursos humanos no setor saúde.

A ESP/MS foi criada juntamente com outros acontecimentos no país e, principalmente pela necessidade do fortalecimento do setor público de saúde em formar e qualificar trabalhadores para o novo modelo de cuidado em saúde, conquistado pela Reforma Sanitária - o Sistema Único de Saúde, contemplando seus princípios e diretrizes: universalidade, equidade, integralidade, descentralização, participação da população e organização da rede de serviços de modo regionalizado e hierarquizado.

A ESP/MS foi instituída por meio do Decreto n. 4.993, de 20 de fevereiro de 1989, com as seguintes competências:

- I – Promover o aperfeiçoamento, especialização e treinamento de pessoal técnico, necessário aos serviços de saúde do Estado;
- II – Desenvolver estudos e pesquisas sobre temas ligados ou do interesse da Saúde Pública.

Parágrafo Único – Para atendimento das finalidades prevista neste artigo a Escola poderá, dentre outras modalidades, realizar:

- a) cursos de especialização e/ou residência em Saúde Pública, destinados aos diplomados em cursos de nível universitário;
- b) cursos de aperfeiçoamento e extensão destinados à formação de pessoal técnico auxiliar dos serviços de saúde (MATO GROSSO DO SUL, 1989, pág. 01).

Está presente na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, integrando a Diretoria-Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, que se vinculam também a Escola Técnica do SUS Professora “Ena Araújo Galvão” (ETSUS), Coordenadoria Estadual do Telessaúde (CETEL), Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGPES) e a Biblioteca em Ciências da Saúde (BCS).

Ao longo dos anos houve muitas transformações na ESP/MS, adequando-se às novas políticas e mudanças. Observa-se nas suas atividades contínuas a qualificação dos trabalhadores da rede do SUS, tanto nas formações de curta duração, quanto de longa duração, por meio dos cursos *stricto* e *lato sensu*; também através do desenvolvimento de pesquisas científicas, projetos de extensão e produção de conhecimento.

Desde a sua criação até o momento (14/06/2022) ofertou 109 (cento e nove) cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e seis áreas em residências uni e multiprofissionais em parceria com diversas instituições de ensino, como Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Federal da Grande Dourados e Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa.

Então, somente no ano de 2018 alcançou uma conquista histórica: o credenciamento para a oferta de pós-graduação, nível especialização, pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Deliberação n. 11.394 (MATO GROSSO DO SUL, 2018). Assim, estabelece-se a autonomia para o desenvolvimento e execução dos projetos políticos pedagógicos de curso.

Neste sentido, a ESP/MS com o intuito de desenvolver com excelência sua capacidade de formação em saúde pública, mantendo com rigidez seu alto padrão de ensino, implementa as diretrizes de Autoavaliação Institucional.

1.2. Autoavaliação

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e

alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

Tendo como base a Lei n. 10.861 (BRASIL, 2004) que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e a Deliberação CCE/MS n. 10.679 (MATO GROSSO DO SUL, 2015), este **Relatório de Autoavaliação Institucional Integral**, referente ao **biênio 2021-2022**, pretende consolidar a autoavaliação de modo abrangente, sistêmico, contínuo sintetizando as dimensões que definem a Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser.

1.3. Composição da Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi composta de modo a contemplar agentes institucionais internos e externos que contribuíssem para a qualidade da avaliação, tendo sua representatividade deliberada pela Resolução n. 017/SES/MS, que aprova o Regimento da Comissão Própria de Avaliação da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser e dá outras providências, e a sua composição descrita na Resolução “P” SES n. 100, de 05 de março de 2021, sendo:

Nome	Representação
Marcia Naomi Santos Higashijima – Titular/Presidente Edgar Oshiro – Suplente	Gerência de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde – ESP/MS
Inara Pereira da Cunha – Titular Maria de Lourdes Oshiro – Suplente	Gerência de Formação e Acompanhamento Pedagógico ou Gerência de Pesquisa, Extensão e Inovação em Saúde – ESP/MS
Ricardo Alexandre Soares do Amaral – Titular Helizene Moreira da Silva – Suplente	Secretaria Acadêmica – ESP/MS
Gabriela Piazza Pinto – Titular Karine Cavalcante da Costa – Suplente	Área técnica da Secretaria de Estado de Saúde;
Adriane Horn Angnes – Titular	Discente ou egresso – ESP/MS
Nathan Aratani – Titular/Vice-presidente Laís Alves de Souza Bonilha – Suplente	Membro externo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.4. Planejamento da autoavaliação

O Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI) foi desenvolvido tendo como premissa a **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, a **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 065/2014**, que trata do Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional e, o documento **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), publicado no ano de 2014.

A CPA reuniu-se para a construção do PAI tendo por diretriz os documentos relacionados acima, adequando o PAI para as necessidades institucionais e o seu perfil, ou seja, uma Escola de Governo, que possui funcionalidades totalmente diferentes de uma Instituição de Ensino Superior (IES), incluindo o público alvo.

Assim, como Escola de Governo somos acompanhados pelo Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (CEE/MS), que delibera sobre o credenciamento, funcionamento, e avaliação, através das normativas: **Deliberação CEE/MS n. 10. 679**, de 13 de agosto de 2015, que estabelece normas para credenciamento de Escolas de Governo criadas e mantidas pelo Poder Público, integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização; **Deliberação CEE/MS n. 10.972**, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece normas para a avaliação das instituições de ensino e de cursos do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul; **Instrumento para avaliação institucional externa** - Subsídios o ato de credenciamento e credenciamento de Escolas de Governo para oferta de pós-graduação *Lato Sensu*; **Deliberação CEE/MS n. 10.825**, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre a interposição de recurso a resultados de avaliação externa institucional e de cursos de graduação de Instituições de Educação Superior (IES) do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Deste modo, houve um esforço da CPA para que o PAI atendesse tanto as orientações do INEP quanto as do CEE/MS.

Para a construção dos instrumentos utilizados neste ciclo (2021-2022), considerou-se os resultados das avaliações do CEE/MS, referentes ao credenciamento e credenciamento, e primeiro ciclo de avaliação realizado no biênio 2019-2020. Assim, fora realizada a atualização e readequação dos instrumentos utilizados na época, com o intuito de contemplar todas as informações necessárias contidas no PAI.

Foram construídos dois instrumentos: 1. Instrumento de avaliação do curso – discente; 2. Instrumento de Avaliação - Trabalhadores. Ambos foram construídos coletivamente, considerando as dimensões avaliativas do PAI; sendo consolidado e

aplicado pela ferramenta on-line Google *Forms*[®]. O primeiro instrumento fora aplicado em janeiro/2022 e o segundo em maio/2022.

2. METODOLOGIA

A CPA desenvolveu dois instrumentos para a coleta de dados: 1. Instrumento de avaliação do curso – discente; 2. Instrumento de Avaliação – Trabalhadores, que serão descritos abaixo.

Antes da elaboração destes instrumentos foram consultados o processo de autoavaliação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apesar de não possuírem o perfil institucional de Escola de Governo, e sim de IES. Mas, como possuem procedimentos implementados de autoavaliação institucional acreditamos que contribuiriam para a nossa construção. Também foram consultados os instrumentos de autoavaliação utilizados na autoavaliação do biênio 2019-2020.

2.1. Instrumento de avaliação do curso – discente

Este instrumento (Apêndice A) abordou as dimensões: III – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; IV – A comunicação com a sociedade; V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; VI – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; VII – Infraestrutura; VIII – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

2.2. Instrumento de Avaliação – Trabalhadores

Este instrumento (Apêndice B) contemplou as seguintes dimensões: I - A missão e o planejamento e desenvolvimento institucional; VI – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; VII – Infraestrutura; VIII – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Pactuou-se que as demais dimensões e critérios não abordados nos instrumentos de autoavaliação seriam avaliados através dos documentos institucionais.

3. DESENVOLVIMENTO

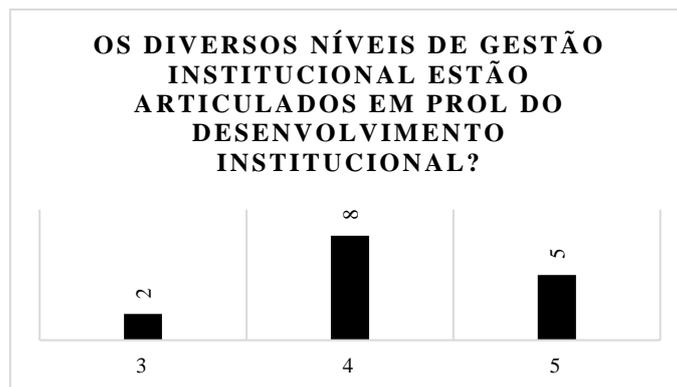
As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional foram estabelecidas pela Lei n. 10.861 (BRASIL, 2004) sendo seguidas por esta instituição.

Os instrumentos de autoavaliação foram aplicados nos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Saúde Pública (PGSP) e Pós-Graduação *lato sensu* em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (PGSMAP), totalizando 54 (cinquenta e quatro) discentes, onde tivemos 53 (cinquenta e três) respondentes, sendo 27 (vinte e sete) PGSMAP e 26 (vinte e seis) PGSP.

Os discentes a cada pergunta precisavam responder por uma escala *likert*, disposta da seguinte forma: (1) Péssimo (2) Regular (3) Bom (4) Muito Bom (5) Excelente (NA) Não se aplica.

I - A missão e o planejamento e desenvolvimento institucional

Quanto ao **desenvolvimento institucional**, no instrumento aplicado, os trabalhadores avaliaram:

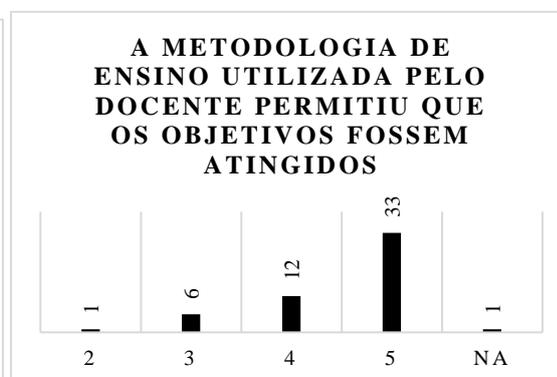
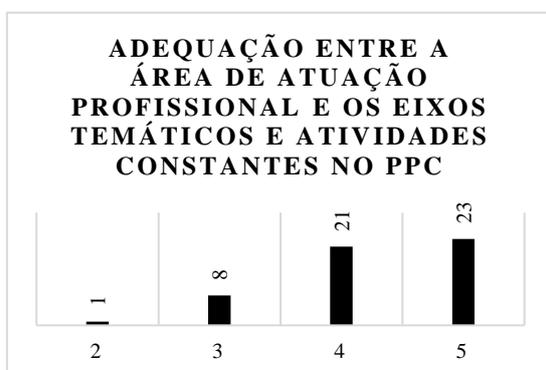


II – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Informação disponível em documentos institucionais e abordados no próximo capítulo.

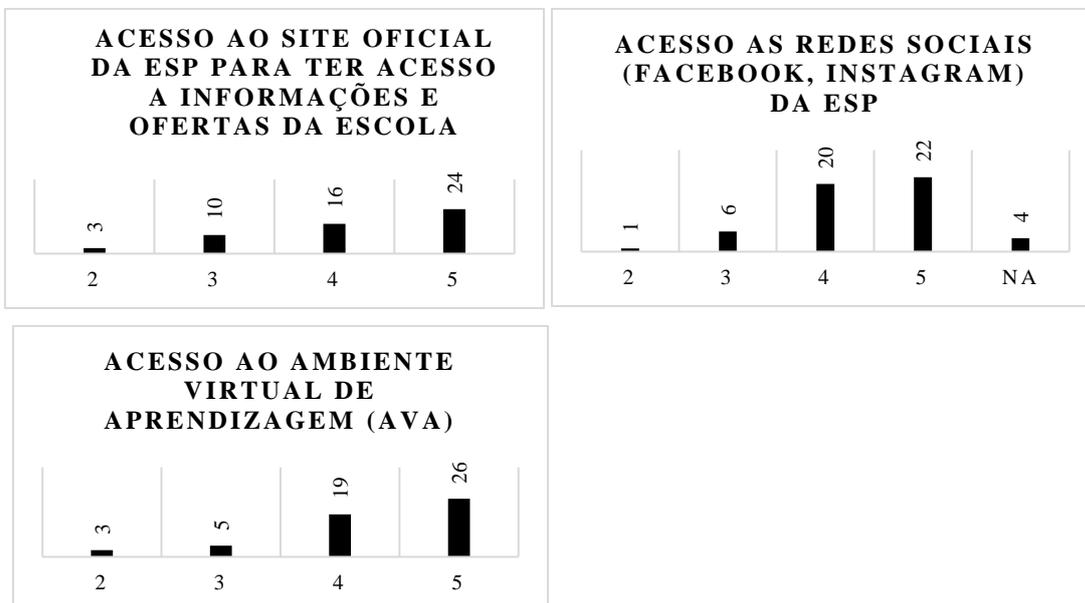
III – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

Quanto ao alinhamento entre a **atuação profissional e formação**, os discentes responderam:



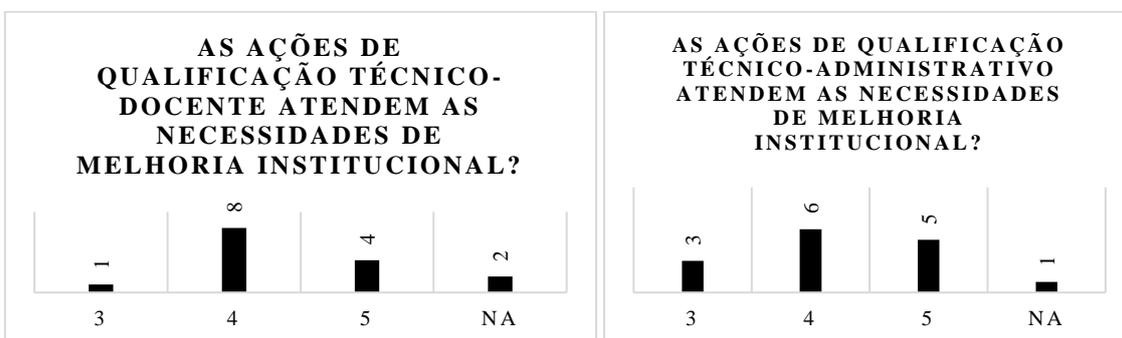
IV – A comunicação com a sociedade

Quanto ao **acesso a informação**, os discentes avaliaram:

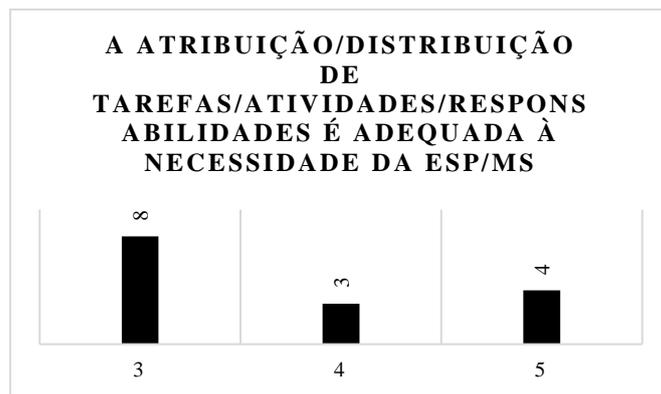


V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

Quanto à **qualificação profissional**, os trabalhadores responderam:

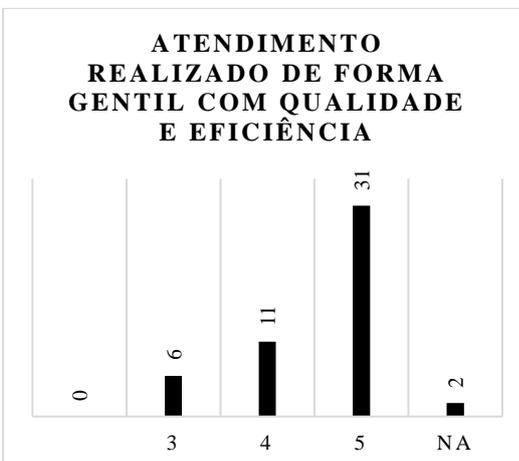
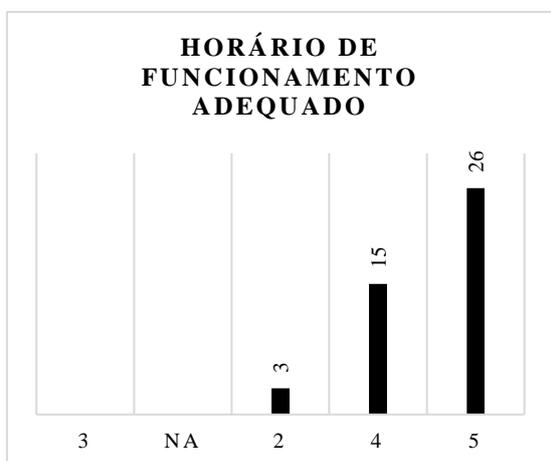
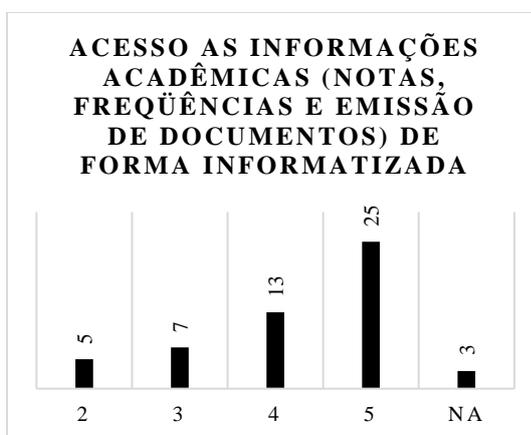
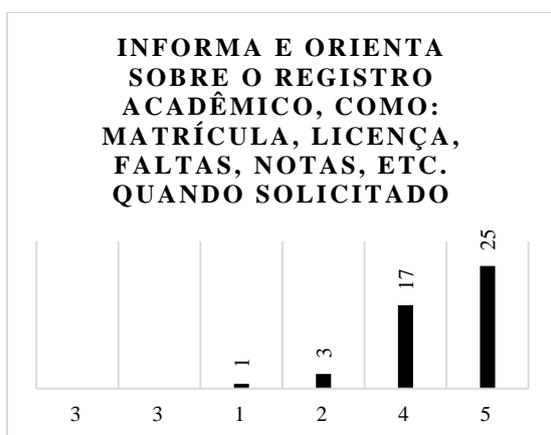


Quanto ao **grau de satisfação**, os trabalhadores responderam:



VI – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

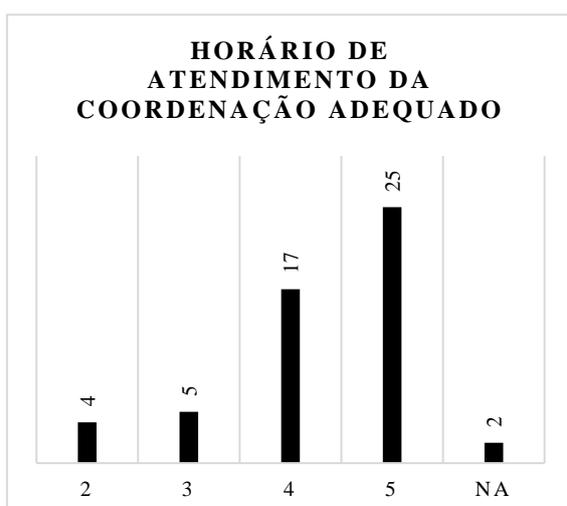
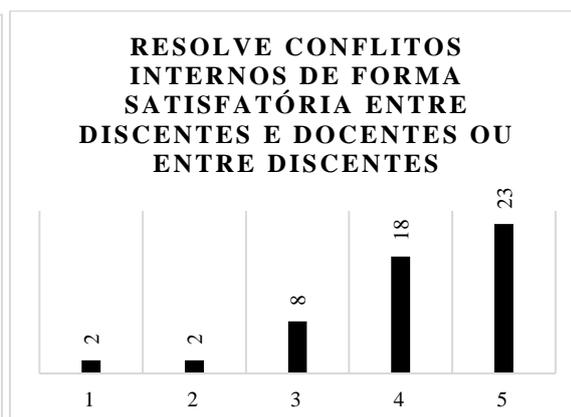
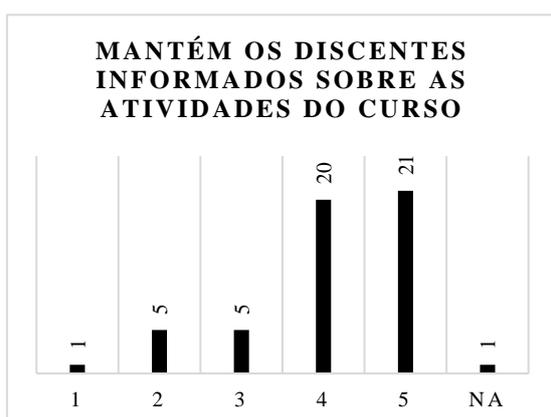
Quanto à **secretaria acadêmica**, os discentes avaliaram:



Quanto à **secretaria acadêmica**, os trabalhadores avaliaram:



Quanto à **coordenação de curso e apoio pedagógico**, os discentes avaliaram:

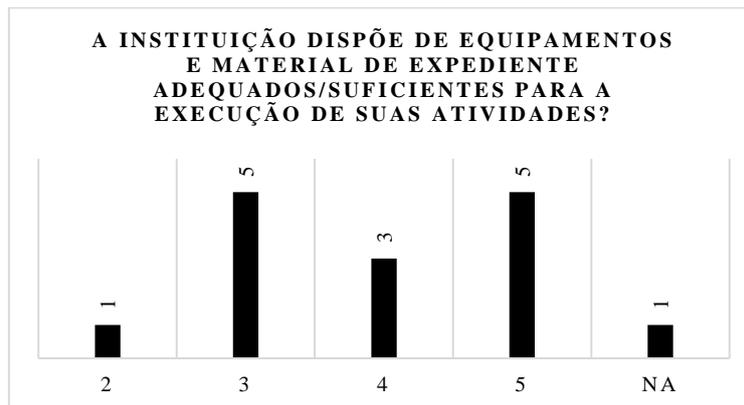


VII – Infraestrutura

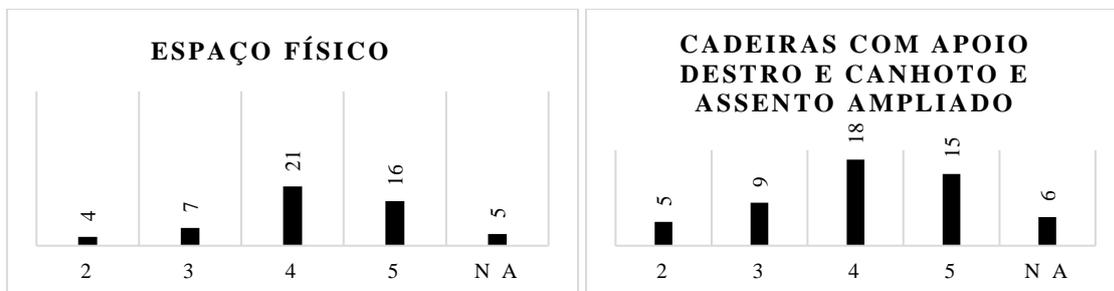
Quanto às **instalações administrativas**, os trabalhadores avaliaram:

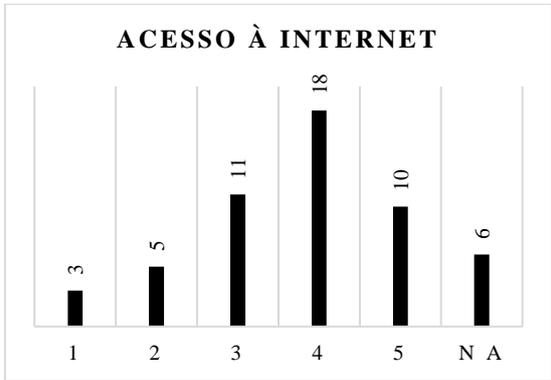
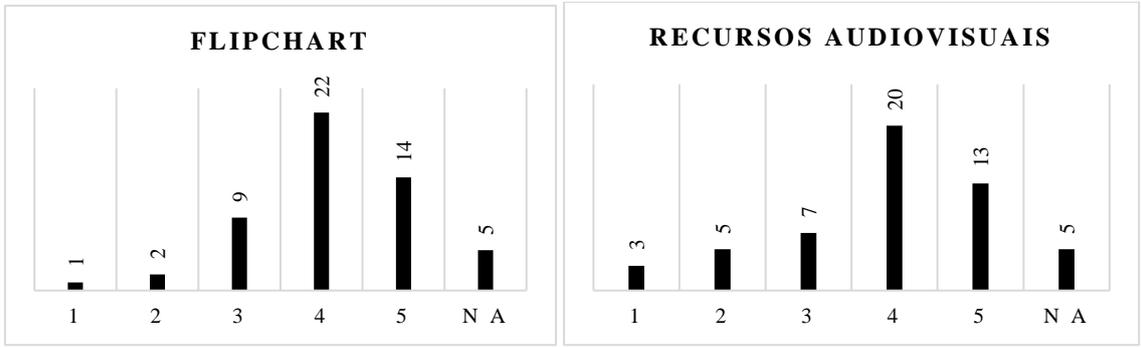
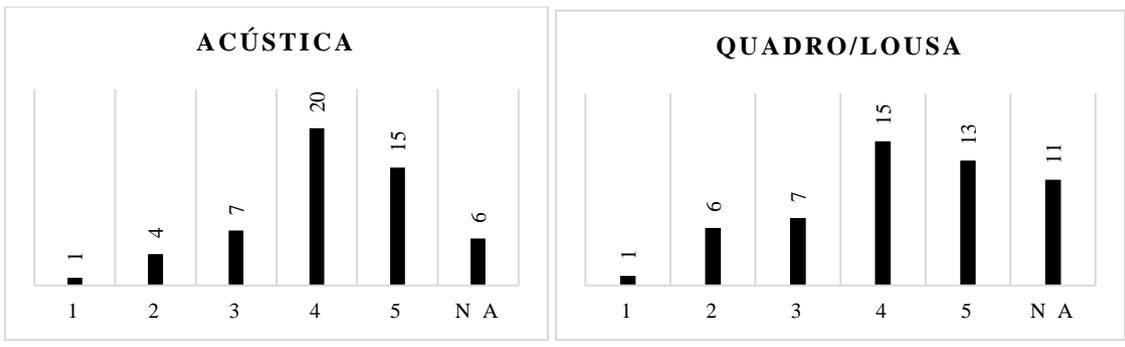
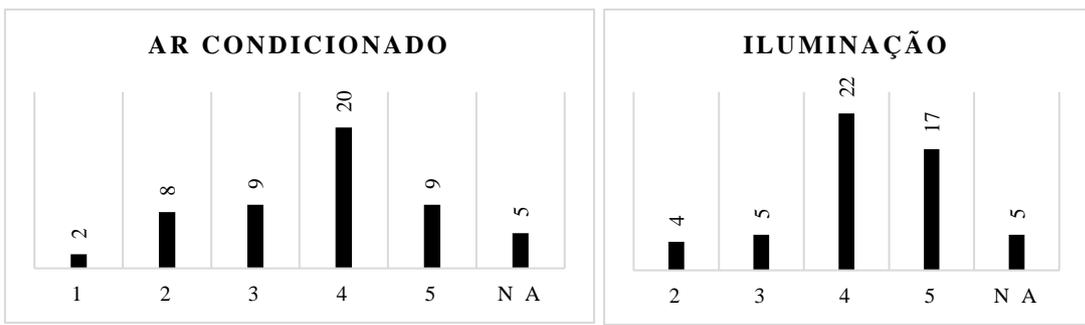


Quanto à **disponibilidade de equipamentos e suprimentos**, os trabalhadores avaliaram:

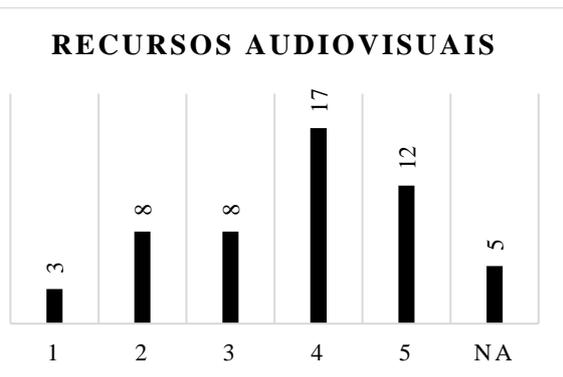
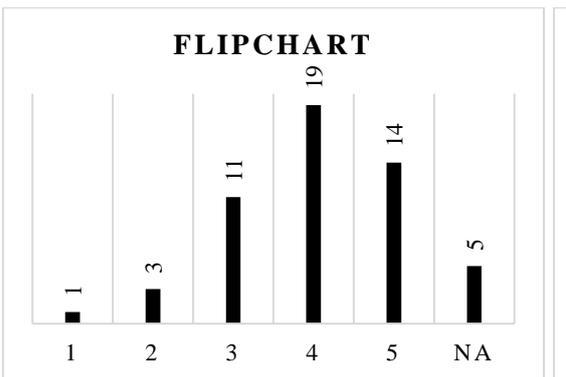
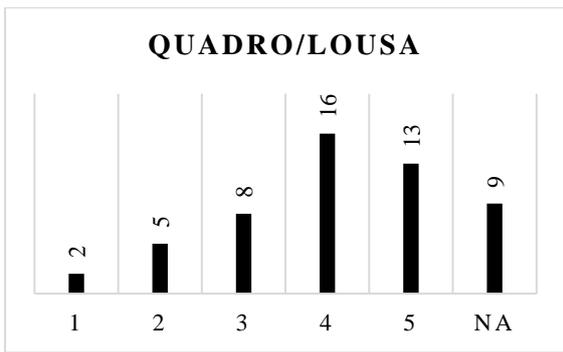
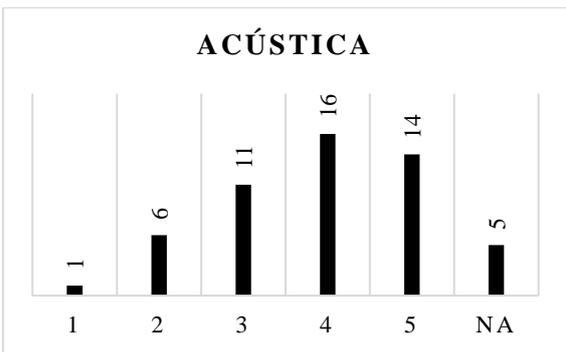
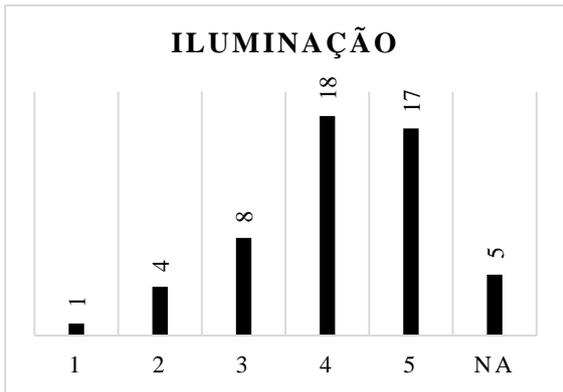
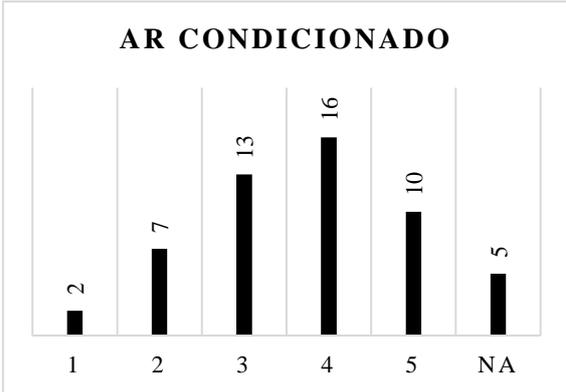
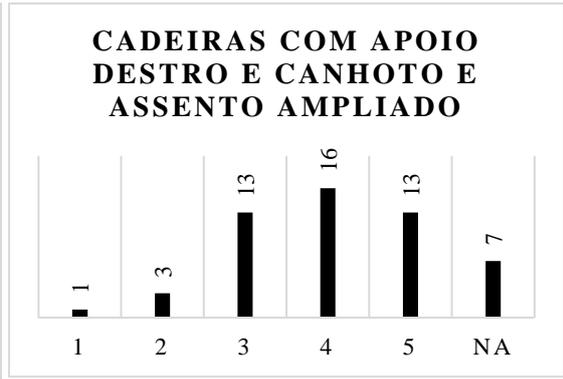
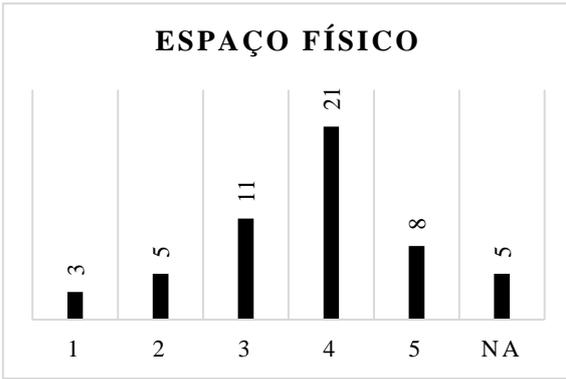


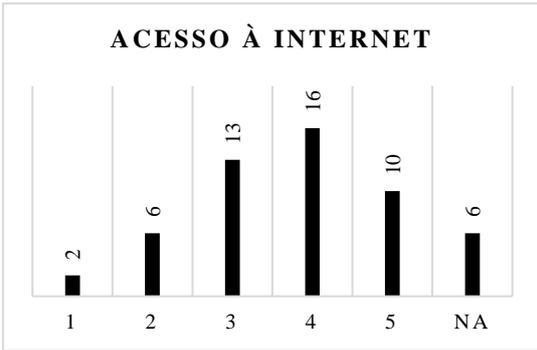
Quanto às **salas de aula**, os discentes avaliaram:



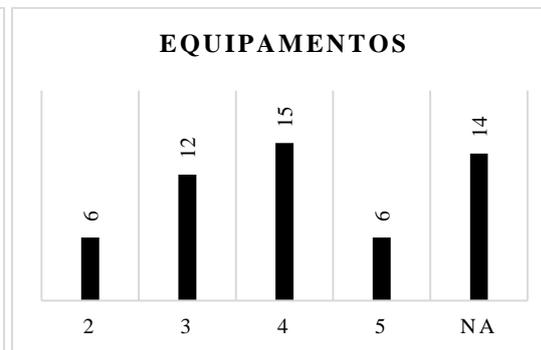
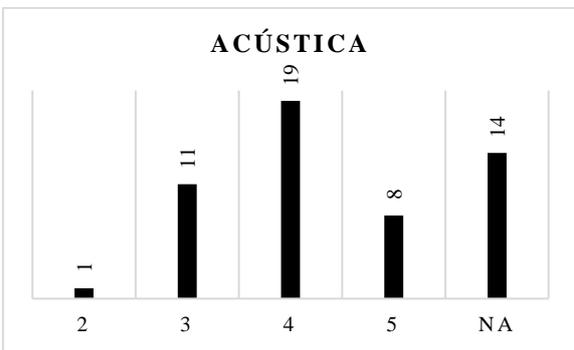
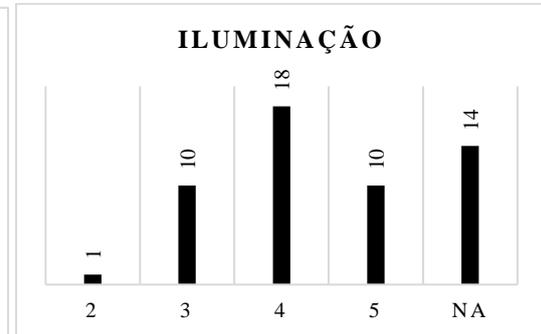
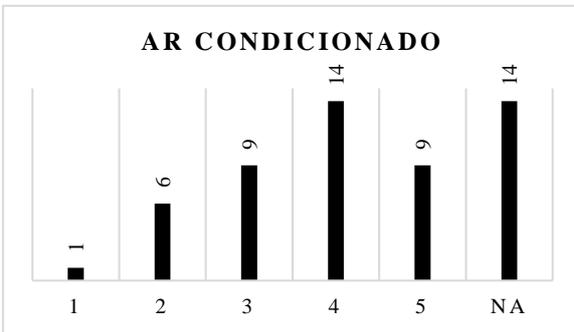
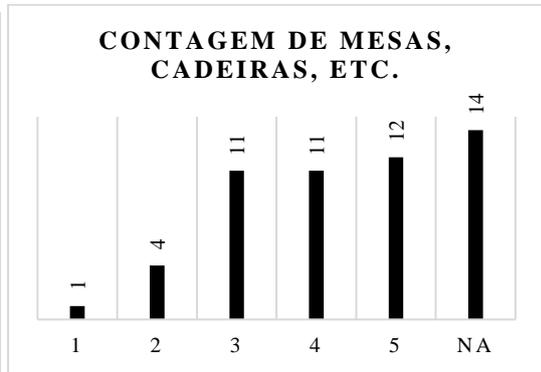
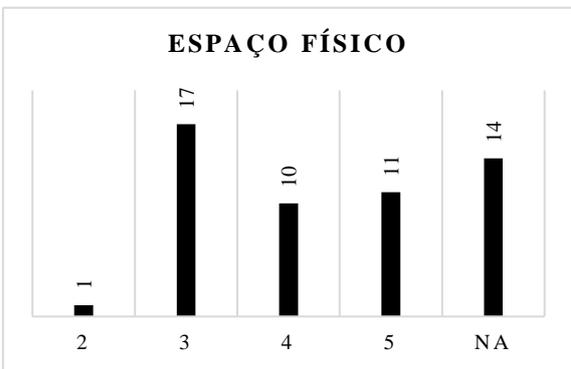


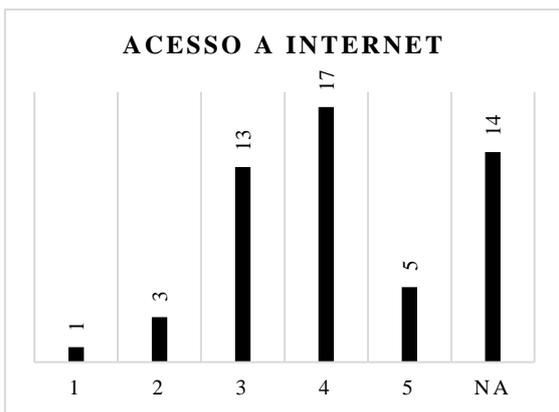
Quanto à sala de **atividades coletivas**, os discentes avaliaram:



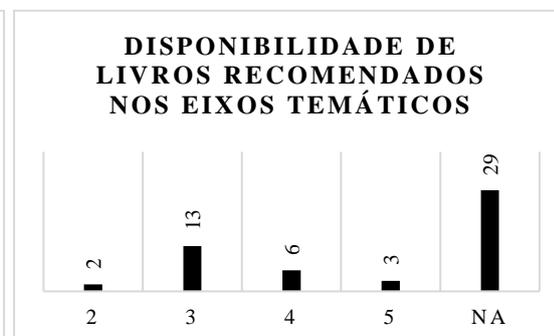
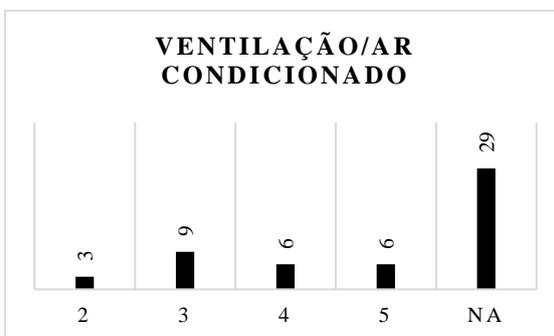
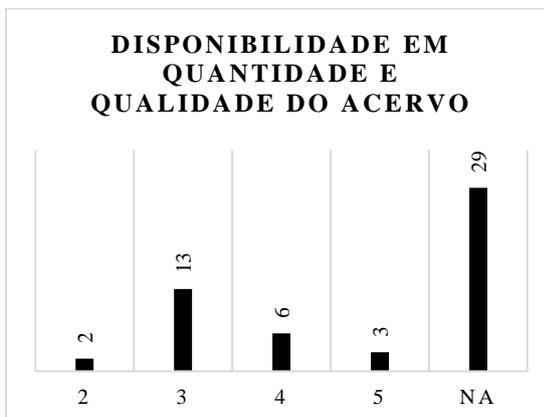


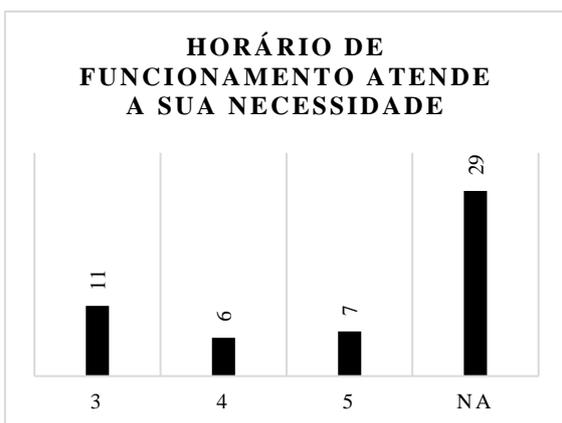
Quanto ao **laboratório de informática**, os discentes avaliaram:





Quanto à **biblioteca**, os discentes avaliaram:

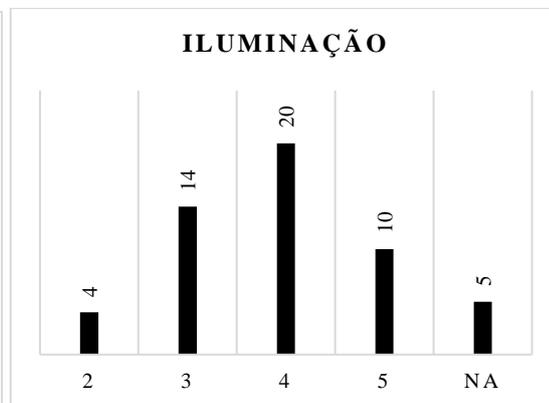
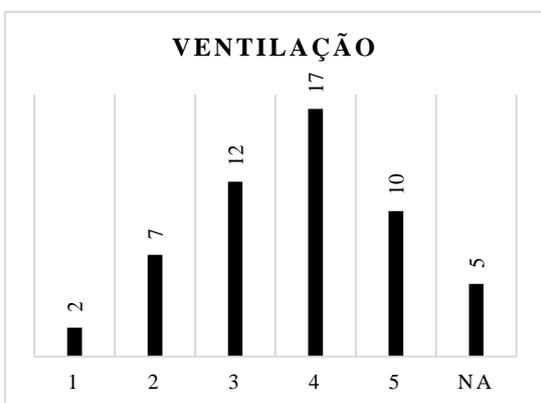
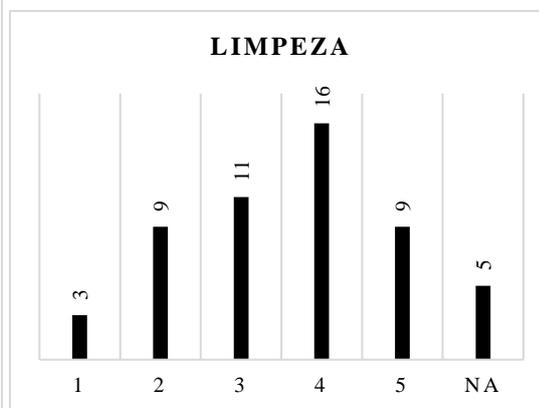
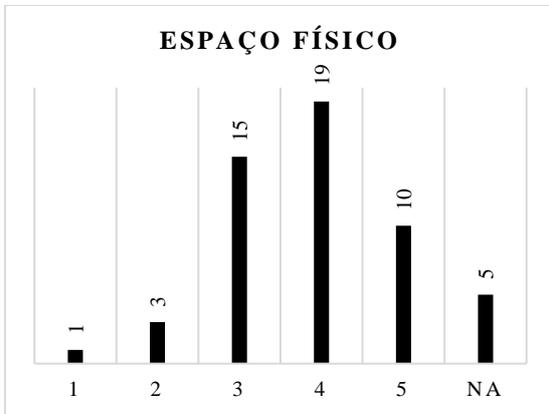




Quanto ao **alojamento**, os discentes avaliaram:

Informamos que o alojamento está interditado para reforma, desse modo, não foi possível avaliá-lo, pois os discentes desta turma não tiveram acesso.

Quanto às **instalações sanitárias**, os discentes avaliaram:

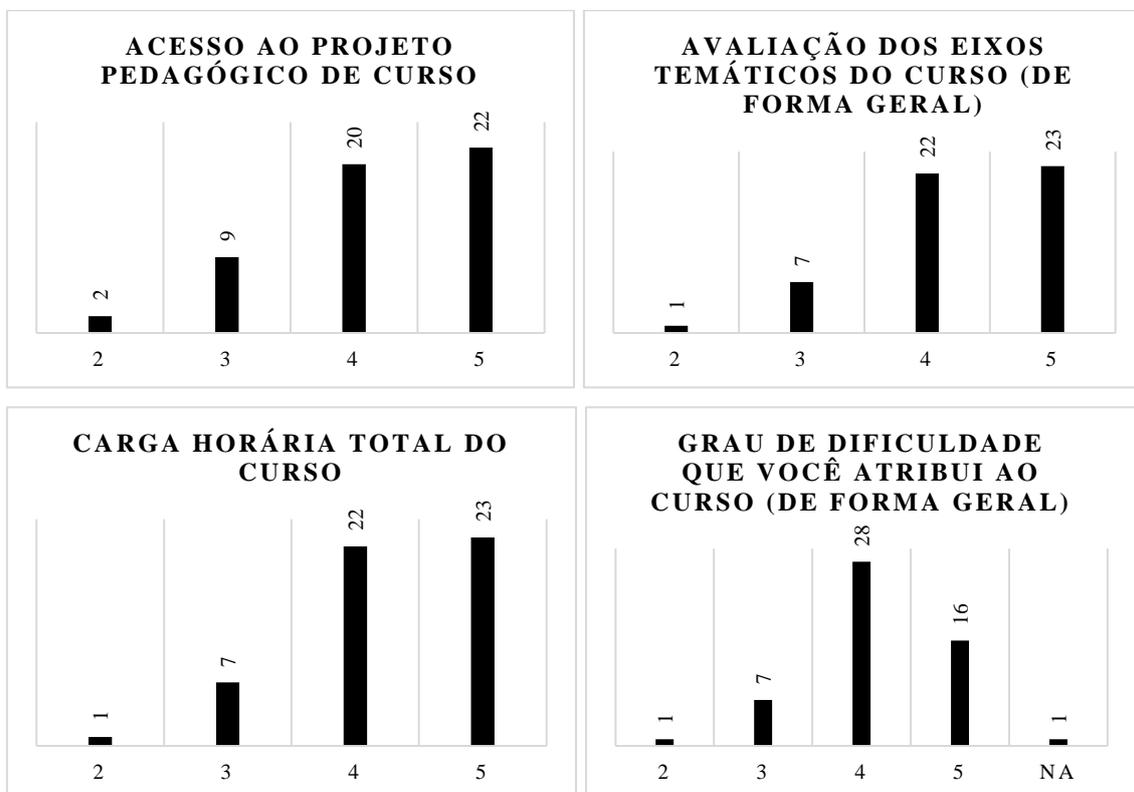


Quanto ao **auditório**, os discentes avaliaram:

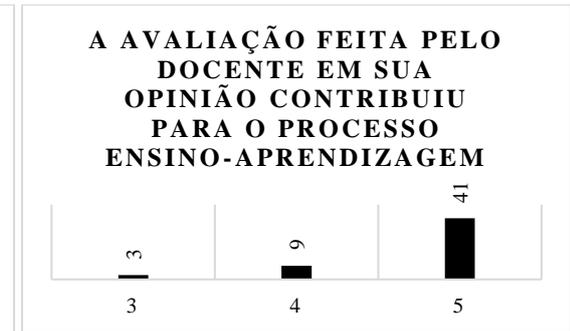
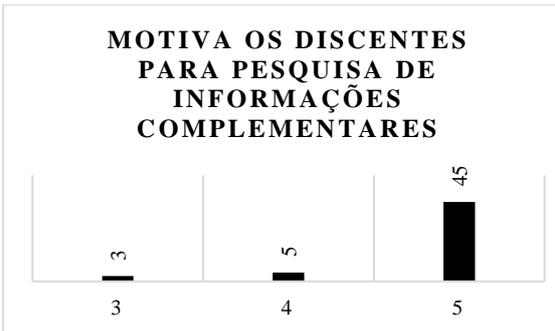
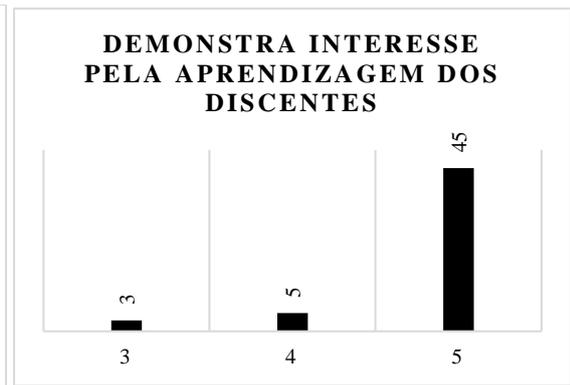
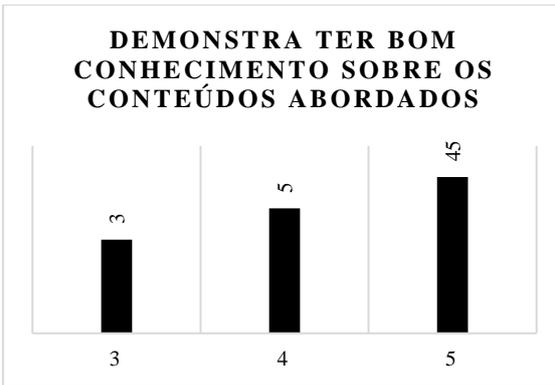
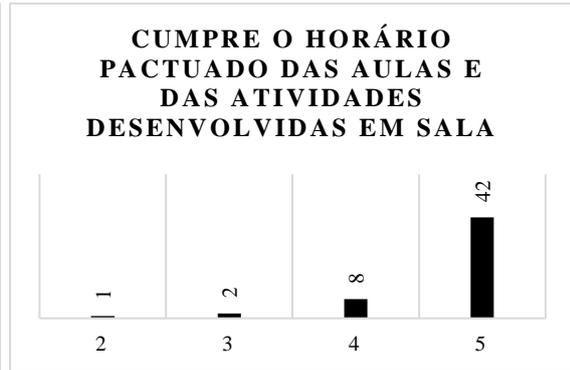
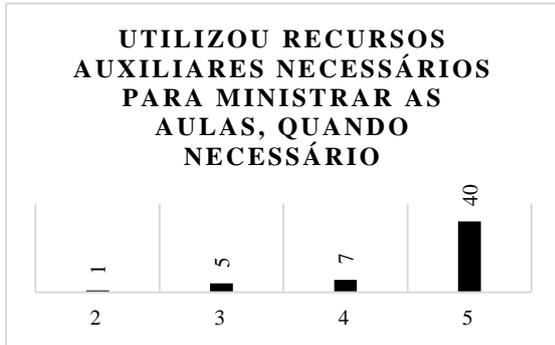
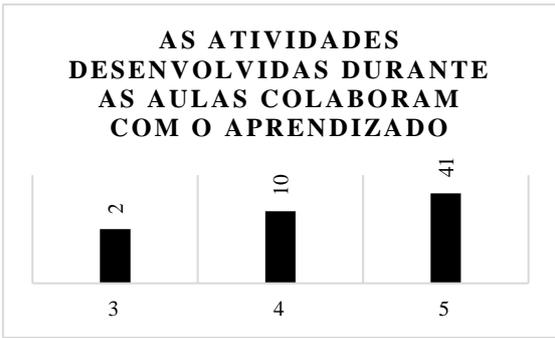
Informamos que o alojamento está interdito para reforma, desse modo, não foi possível avaliá-lo, pois os discentes desta turma não tiveram acesso.

VIII – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

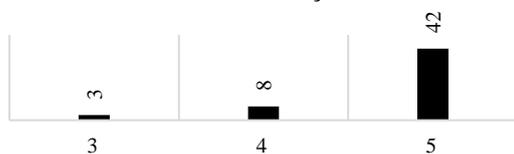
Quanto ao **projeto pedagógico do curso (PPC)**, os discentes avaliaram:



Quanto à **atuação docente**, os discentes avaliaram:

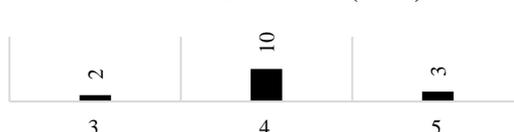


DURANTE A ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL (PORTFÓLIO) O DOCENTE TEM CONTRIBUÍDO PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO E...

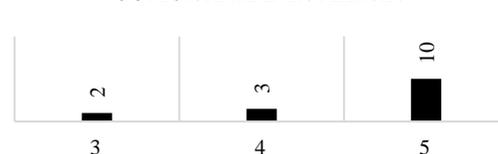


Quanto ao **planejamento**, os trabalhadores avaliaram:

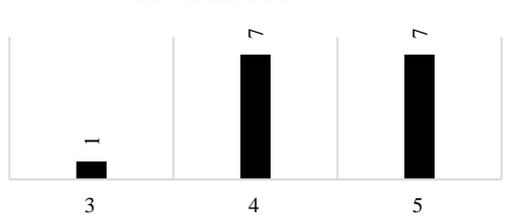
O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES ESTÁ ALINHADO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)?



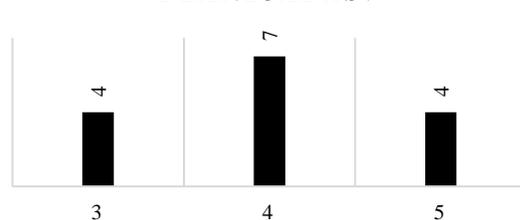
A IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) FOI REALIZADA COM ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COMUNIDADE INTERNA?



NO PLANEJAMENTO EXISTEM AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS AVALIATIVOS?



EXISTEM MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E READEQUAÇÃO DAS AÇÕES PLANEJADAS?



IX – Políticas de atendimento aos estudantes

Informação disponível em documentos institucionais e abordados no próximo capítulo.

X – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Informação disponível em documentos institucionais e abordados no próximo capítulo.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

I - A missão e o planejamento e desenvolvimento institucional

A missão da ESP/MS consiste em planejar e desenvolver atividades de formação, educação permanente, pesquisa e extensão dos trabalhadores da área de saúde pública, fomentando a inovação e a produção tecnológica, a partir das necessidades locais regionais identificadas, visando o desenvolvimento, sustentação e efetivação dos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul. A partir dos documentos institucionais é possível observar que a ESP/MS se empenha em desenvolver atividades que vão de encontro com a sua missão, propondo solução para as condições epidemiológicas regionais, além disso o Projeto de Desenvolvimento Institucional foi construído coletivamente pelos trabalhadores e gestores, o que colabora para a coerência, institucional. Sem exceção, todas as ações planejadas são registradas em projetos, programas ou planos e seguem o projeto pedagógico institucional e de curso.

Assim, esta dimensão, que tem por objetivo avaliar a missão da instituição, se a mesma encontra-se integrada ao contexto local regional, às políticas e realidade e ao projeto pedagógico, observa-se que não houve avaliação negativa (péssimo e regular) desta articulação entre os níveis de gestão, apresentando uma avaliação positiva para cem por cento dos trabalhadores que responderam ao questionamento.

II – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Nessa dimensão, a CPA pretende analisar se há alinhamento entre o PDI e a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, verificando-se as atividades voltadas à produção do conhecimento por

meio de cursos e pesquisas, também de ações educativas ofertados e atividades para a comunidade.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* foram expandidos, assim a ESP/MS executou no biênio 2021-2022, o curso em Saúde Pública (segunda turma) e Saúde Mental e Atenção Psicossocial, ambos com 390 (trezentas e noventa) horas de carga horária, e 30 (trinta) vagas. A nova oferta vem de encontro com a necessidade de estruturação da Rede de Atenção Psicossocial no Estado, bem como com os dados de sofrimento e adoecimento mental da população. Os cursos em vigência seguem as normativas do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, instância que credencia a ESP/MS para a oferta e certificação dos cursos *lato sensu*.

Os resultados alcançados pelos discentes nos cursos de pós-graduação são apresentados em evento científico, dando publicidade às intervenções e ações desenvolvidas, sendo que a publicização é requisito para a obtenção do título de especialista.

Na atualidade observa-se que todas as ações da ESP/MS estão de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde/PNEPS (BRASIL, 2004), ou seja, utilizando os princípios da educação permanente no uso de metodologias ativas de ensino aprendizagem e inserindo a interprofissionalidade e como consta no PDI “reconhecendo que todos governam, problematizando o cotidiano do trabalho e desenvolvendo autonomia de vida nas pessoas”. Além de obter resultados satisfatórios na formação de profissionais com visão crítica-reflexiva sobre sua realidade de trabalho e no desenvolvimento de competências para o SUS (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

Outro aspecto a ressaltar nessa dimensão é quanto a PNEPS como orientadora e proposta de ação estratégica que visa contribuir para transformar e qualificar as práticas de saúde, a organização das ações e dos serviços, os processos para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, a ESP/MS aderiu ao Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde (PRO EPS SUS) para elaborar o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS), 2019-2022, de Mato Grosso do Sul.

Assim o PEEPS constitui uma ferramenta central idealizado para fortalecer o processo de construção do conhecimento e estimular o despertar deste trabalhador da saúde que contribuiu com a consolidação do SUS, alinhado com as necessidades de formação e qualificação dos trabalhadores da saúde com foco na melhoria da saúde da população (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

A ESP/MS participa de projetos de pesquisa que vão de encontro com as necessidades locais, com enfoque em algumas áreas temáticas da saúde pública, como farmacologia, educação permanente em saúde, saúde do trabalhador, condições crônicas de saúde e causas externas e exploração sexual (Quadro 1). Vem concorrendo também em editais de fomento, que colaboram com as práticas no Sistema Único de Saúde, além de realizar as atividades que consta na Resolução nº 61/SES/MS, publicada no Diário oficial nº 10.286, de 24 de setembro de 2020, p. 05 a 08, “que regulamenta a realização de pesquisas científicas nas organizações de Saúde e na estrutura básica da SES/MS com objetivo de estabelecer o fluxo de autorização de pesquisa, dar celeridade, aumentar a transparência e divulgação das atividades científicas realizadas no âmbito da SES/MS, além de apoiar na agilidade de submissões nos Comitês de Ética e Pesquisa (CEP) que solicitam a anuência dos gestores de saúde”. Informações sobre este fluxo encontram-se na página eletrônica da ESP/MS, além disso, há disponível boletins informativos a respeito das pesquisas que obtiveram anuência para utilizar os dados da SES/MS (<https://www.esp.ms.gov.br/gerencias/gerencia-de-pesquisa-extensao-e-inovacao-em-saude>).

Diante do exposto, a CPA observou a existência de alinhamento entre o PDI com a missão, visão e valores da ESP/MS com a política de ensino no que diz respeito às metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e também, encontra-se de acordo com as pesquisas e extensão presente no Quadro 2, que envolvem a comunidade dos trabalhadores de saúde indo de encontro com a nossa realidade, porém ainda constitui um grande desafio as atividades com a população no entorno e é um anseio da ESP/MS em ampliar esse trabalho.

Quadro 1. Projetos de pesquisas desenvolvidos pela ESP/MS, parcerias institucionais envolvidas e produção do conhecimento, Mato Grosso do Sul, 2021-2022.

Título dos projetos de pesquisas	Instituições envolvidas
Recrutamento de acadêmicos para atuação no enfrentamento à covid-19: análise do programa “O Brasil conta comigo”.	ESP/MS FIOCRUZ/MS
Impacto de ações voltadas para a promoção da aceitabilidade, adesão e cumprimento de medidas de prevenção e controle da covid-19 no Mato Grosso do Sul	ESP/MS UFMS (Três Lagoas)
Impacto dos transtornos mentais no trabalhador e no trabalho em saúde, no contexto da pandemia da COVID-19	FIOCRUZ/MS UEMS UFMS ESP/MS

Segurança do Paciente Associada às Práticas Odontológicas na Atenção Primária em Saúde: Análise da Percepção dos Cirurgiões-Dentistas	FIOCRUZ/MS ESP/MS
Análise de dados do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (PMAQ-CEO)	ESP/MS UFMS
Telessaúde em dermatologia na Atenção Primária à Saúde: diagnóstico situacional em Três Lagoas/MS	ESP/MS UFMS (Três Lagoas)

Fonte: <https://www.esp.ms.gov.br/gerencias/gerencia-de-pesquisa-extensao-e-inovacao-em-saude/pesquisas/>

Quadro 2. Projeto de extensão desenvolvido pela ESP/MS e parcerias institucionais. Mato Grosso do Sul, 2021-2022.

Título dos projetos de extensão	Instituições envolvidas
Projeto de extensão em saúde mental relacionada ao trabalho – cuidando de mim	ESP/MS UFMS

Fonte: Própria.

As ações de extensão são realizadas através dos projetos de intervenção dos cursos de pós-graduação e por meio de parcerias com instituições de ensino. No biênio foram realizados 54 (cinquenta e quatro) projetos de intervenção e extensão, executados pelos discentes das pós-graduações, e 01 (um) projeto de saúde mental relacionada ao trabalho em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

III – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

Nessa dimensão, a CPA pretende avaliar a responsabilidade social da Instituição quanto a sua contribuição social na qualidade da formação dos trabalhadores da saúde no Sistema Único de Saúde, bem como aspectos quanto à responsabilidade da Instituição frente a pesquisa, extensão e também da política de ações afirmativas.

No âmbito da formação para atuação no trabalho, observou-se que de um total de 53 respostas, 23 (43,4%), 21 (39,6%) e 8 (15,1%), avaliaram como “excelente”, “muito bom” e “bom”, respectivamente, em relação a adequação entre a área de atuação do profissional com os eixos temáticos e atividades no Plano Pedagógico do Curso (PPC). Constata-se que no PPC, os eixos temáticos permitiram reflexões sobre o direito à saúde

da população brasileira e das bases fundamentais voltadas a universalidade, equidade e a integralidade, como princípios na implementação das ações e serviços de saúde.

No campo da metodologia de ensino aplicada pela Instituição verificou-se que das 53 respostas, 33 (62,3%), 12 (22,6%), 6 (11,3%) consideraram “excelente”, “muito bom” e “bom”, respectivamente, no quesito quanto aos objetivos atingidos pelas atividades. No PPC, descreve-se que as atividades pedagógicas foram pensadas a partir de contextos com a realidade enfrentadas pelos serviços de saúde, através do método da Problematização, de forma participativa, trazendo a discussão para uma reflexão do cotidiano do trabalhador da saúde.

A Instituição através de editais de processos seletivos publicados em diário oficial incluiu vagas para as ações afirmativas, como candidatos indígenas, negros e com deficiência nos cursos de pós-graduação em saúde pública e saúde mental e atenção psicossocial em consonância com seus valores de política de inclusão social.

Em relação aos aspectos de responsabilidade social nas pesquisas, observou-se o compromisso de investigação na pandemia da COVID-19 relacionados com avaliação de programas no enfrentamento à COVID-19 e o impacto de ações voltadas para a promoção da aceitabilidade, adesão e cumprimento de medidas de prevenção e controle da COVID-19.

A Gerência de Pesquisa, Extensão e Inovação em Saúde (GPEIS) da ESP/MS também é responsável pela coordenação da avaliação e anuências de pesquisas a serem desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde por meio da Resolução n. 61 SES/MS.

A Instituição também participa com outras parceiras no apoio técnico para a execução de projetos de pesquisa para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde, como o Programa de Pesquisas para o SUS (PPSUS), iniciativa do Ministério da Saúde e execução da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

Outros eventos relacionados estão a Mostra Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde em Tempos de Pandemia: experiências de trabalhadores da saúde no enfrentamento da pandemia, realizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e o II Seminário Estadual de Educação Permanente em Saúde com amostras de experiências de ações educativas voltadas na melhoria da qualidade de saúde oferecida para a população.

Realiza a captação e publicação de artigos e relato de experiências através da Revista de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul como meio de fomentar a divulgação do conhecimento científico no estado.

Nos projetos desenvolvidos de extensão com outras parcerias institucionais, observou-se o cuidado na saúde mental relacionado ao trabalho e o apoio ao enfrentamento a COVID-19 em instituições de longa permanência para idosos.

IV – A comunicação com a sociedade.

Nesta dimensão podemos observar que a ESP/MS avançou nos aspectos de transparência interna e externa. No site <https://www.esp.ms.gov.br/> é possível encontrar informações sobre a estrutura organizacional, equipe, gerências, documentos normativos, CPA, ações em execução, atividades pedagógicas, credenciamento, Comissão de Integração Ensino-Serviço, Revista de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul, acesso as webaulas, plataforma de ensino-aprendizagem, divulgação de eventos, chamadas, editais e, o contato com as gerências. A ESP/MS também utiliza do Instagram (@esp.ses.ms) e Facebook (Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser) para divulgar suas ações, e ampliar a publicidade institucional. Além disso, o banco de dados da plataforma de ensino-aprendizagem Moodle, com mais de cinco mil cadastros, é utilizado para realizar a divulgação das ações de ensino e pesquisa.

Por sua vez, quanto à comunicação interna foi implementada a recomendação do PDI, sendo realizada reuniões mensais ordinárias e extraordinárias. Essas reuniões são registradas em ata, e coordenada pelos membros internos. E para o cotidiano do trabalho a comunicação ocorre por e-mail, aplicativo de mensagens e reuniões rápidas para o atendimento e esclarecimentos de demandas.

V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Nessa dimensão, a CPA pretende avaliar os graus de satisfação profissional, a partir do corpo técnico e administrativo, plano de carreira para progressão, apoio da Instituição na qualificação dos recursos humanos e apoio da gestão para o atendimento das atividades programadas.

No instrumento de avaliação pelos trabalhadores da Instituição, verificou-se que dos 15 que responderam sobre as ações de qualificação dos técnicos- docente frente as necessidades para o exercício da função, 4 (26,7%) assinalaram como “excelente”, 8 (53,3%) “muito bom”, 1 (6,7%) “bom”, mostrando que a maioria apresenta uma satisfação quanto ao atendimento das qualificações no atendimento para atuação nas suas atividades.

Observa-se que os técnicos tem seu desenvolvimento profissional através de cursos de pós-graduação, de curta duração, de eventos (como seminários) ou atividades de educação permanente. Os parceiros identificados na qualificação foram a Organização Pan-Americana (OPAS), Ministério da Saúde, CONASS e Fundação Oswaldo Cruz.

Existe também um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), conduzido pelo Ministério da Saúde, que tem como propósito apoiar e aprimorar o SUS por meio de projetos de capacitação de recursos humanos. Dentre os projetos em desenvolvimento envolvendo essa Instituição, estão a formação de facilitadores para o PlanificaSUS do Hospital Albert Einsten e o curso de especialização Gestão de Programas de Residência em Saúde do SUS com o Hospital Sírio-Libanês.

Para os profissionais de nível superior (da área da saúde e da tecnologia da informação) que entraram recentemente no quadro de pessoal da Direção Geral da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (DGGTES) foi ofertada Oficina de Acolhimento como forma de interação da política e das práticas da Escola de Saúde Pública Dr Jorge David Nasser.

Quanto a avaliação pelos trabalhadores da Instituição referente as ações de qualificação dos administrativos frente ao atendimento das necessidades dos serviços, dos 15 participantes, 5 (33,3%), 6 (40,0%), 3 (20,0%) responderam como “excelente”, “muito bom” e “bom”, respectivamente. Nota-se também que a maioria se sente satisfeita quanto a sua qualificação para atuação nas atividades.

Dentre as atividades de qualificação desse grupo, centraliza-se em cursos de curta duração e atividades de educação permanente. As áreas identificadas dos cursos estão a

Tecnologia de Informação e Comunicação, o Sistema Único de Saúde, Gestão de Unidades de Saúde e Gestão de Contratos na Administração Pública.

Existe um Plano de Cargos, Empregos e Carreiras para o quadro da Secretaria de Estado de Saúde que consta as formas de progressão funcional dos servidores referente ao grau de escolaridade. Nele, consta, também a promoção de estudos, pesquisas, produção e divulgação de conhecimentos técnicos relacionados à saúde e ao estímulo à investigação científica.

A Instituição também integra o Plano de Gestão de Desempenho Individual para desenvolver e avaliar seus servidores, voltado para o alinhamento das suas competências individuais frente às necessidades da administração pública.

A seguir, segue o quadro de trabalhadores da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	VÍNCULO
André Vinicius Batista de Assis	Direção superior e assessoramento	Diretor da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser	Jornalismo, mestre em saúde pública	Comissão
Clíssia Amaral Rezende Diniz	Gerencia executiva e assessoramento	Gerente administrativa e financeira.	Ciências econômicas	Comissão
Débora Sodrê Gonçalves Carneiro	Contrato público	Psicóloga	Psicologia, mestre em educação	Contrato público
Diego Mamede da Silva	Gestão e assistência	Administrativo	Ensino médio	Comissão
Dirceu Miguel Dias Pires da Cunha	Assistente de serviços de saúde II	Motorista	Ensino médio	Estatutário
Douglas Rodrigues da Silva	Contrato publico	Analista de sistemas	Ciência da Computação, MBA em auditoria em saúde	Contrato publico
Edgar Oshiro	Especialista de serviços de saúde	Gestor de serviços de saúde	Nutrição, mestre em saúde coletiva	Estatutário
Estela Márcia Rondina Scandola	Especialista de serviços de saúde	Gestor de serviços de saúde	Serviço social, doutora em serviço social	Estatutária
Helizene Moreira da Silva	Assistente de Serviços de Saúde I	Chefe da secretaria acadêmica.	Pedagogia, especialista em saúde pública	Estatutária
Inara Pereira da Cunha	Especialista de Serviços de Saúde	Odontóloga. Gerente de Pesquisa, Extensão e Inovação em Saúde	Odontologia, doutora em odontologia	Estatutária

Israel Bezerra Lima	Assistente de serviços de saúde II	Motorista	Ensino médio	Estatutário
Jean Luis Savala	Contrato publico	Enfermeiro	Enfermagem, especialista em auditoria em serviços de saúde	Contrato publico
Marcia Naomi Santos Higashijima	Especialista de Serviços de Saúde	Sanitarista. Gerente de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde	Psicologia, mestranda em saúde da família	Estatutária
Maria de Lourdes Oshiro	Especialista de Serviços de Saúde	Analista de desenvolvimento funcional. Gerente de Formação e Acompanhamento Pedagógico.	Farmácia e bioquímica, doutora em ciências da saúde	Estatutária
Maristela Amaral de Matos Rios	Técnico de serviços hospitalares II	Administrativo. Secretária da Comissão de Integração Ensino-Serviço	Sequencial em gestão ambiental	Cedida/estatutária
Oswaldo Nonato de Castro Junior	--	Técnico em sistemas	Tecnólogo em eletrotécnica industrial	Terceirizado
Rejane Ester Tomazzoni	Gerência Executiva e Assessoramento	Chefe do Setor de Apoio Administrativo da DGGTES	Técnica em laboratório	Comissão
Ricardo Alexandre Soares do Amaral	Assistente de Serviços de saúde	Assistente de Serviços de saúde	Tecnologia em gestão pública	Estatutário
Ronaldo Adriano Galvão	Contrato público	Administrador	Administração, especialista em gestão estratégica de recursos humanos	Contrato público
Tânia Ruth Ortiz Pereira	Contrato público	Pedagoga	Pedagogia, especialista em neuropedagogia	Contrato público

VI – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Quanto a esta dimensão reitera-se que seus analisadores correspondem a coerência entre a estrutura organizacional oficial e a real, investimento na comunicação e circulação de informação interna e externa, estrutura e funcionamento do sistema de registro acadêmico, sistema e recursos de informação e comunicação, e aspectos analisadores para os órgãos colegiados (funcionamento e representatividade).

Em se tratando da circulação de informação foi observado nos resultados que a maioria dos participantes afirmaram que o acesso ao site oficial da ESP foi utilizado para obter informações, sendo que 24 respostas assinalaram como “excelente” este item. O acesso as redes sociais (Facebook, Instagram) da ESP, também foram avaliadas de forma positiva, pois 22 respostas assinalaram como “excelente”.

Observou-se pelas respostas dos 53 discentes, que a maioria reconhece que a secretaria acadêmica informa de maneira excelente os aspectos da matrícula, licença, faltas, notas, entre outros, quando solicitado. Ainda, consideraram “excelente” o acesso as informações acadêmicas (notas, frequências e emissão de documentos), bem como o horário de atendimento, e a qualidade e eficiência deste setor. No entanto, a percepção dos trabalhadores sobre estes aspectos é divergente, variando de regular (1 resposta), bom (5 respostas), e muito bom (3 respostas).

Assim, com relação a estrutura organizacional oficial e a real, e a comunicação e circulação de informação interna e externa, observa-se que as informações dispostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a respeito do site e outras mídias sociais, se fazem presentes.

Ainda no PDI, as formas de participação da ESP em espaços sociais institucionalizados como reuniões da Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES), assim como a condução de eventos são pontos possíveis de serem confirmadas pelas atividades divulgadas no site da ESP, contemplando assim os aspectos de comunicação externa investigadas por este analisador. Dessa maneira, a comunicação descrita como uma força da instituição pode ser afirmada por esta avaliação.

É válido ressaltar também a participação dos técnicos da ESP/MS em comissões, órgãos colegiados e/ou espaços consultivos, a saber: Comissão de Integração Ensino-

Serviço (CIES), Comissão de Enfrentamento da Mortalidade Materno-Infantil, Comissão Estadual do Programa mais Médicos, Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), grupo condutor estadual das redes de atenção à saúde, descritos no site e/ou em diário oficial, contemplando, portanto, a representatividade em órgãos colegiados e outras instâncias, conforme previsto no PDI.

Sobre as fragilidades, destaca-se a ausência de gestão informatizada da secretaria acadêmica, mencionada anteriormente no PDI, e que permanece como um desafio. Apesar do sistema manual instituído na secretaria acadêmica estar sendo avaliado de forma “excelente” pelos discentes, a equipe interna demonstra insatisfação no questionário. Isto aponta, para a necessidade de aprimorar este indicador por meio da informatização do setor, via aquisição de *software*, conforme menciona o PDI.

Quanto a participação da comunidade universitária nos processos decisórios, é importante esclarecer as características da ESP/MS, em que não oferta cursos de graduação, e sim capacitação, aperfeiçoamento e formação à nível de pós-graduação, sendo assim, não possui uma comunidade universitária. E, sim possui uma comunidade de trabalhadores e profissionais da saúde atuantes no Sistema Único de Saúde. Dessa maneira, a participação dos trabalhadores e/ou profissionais vinculados em processos formativos é via instâncias consultivas, como a Comissão Própria de Avaliação ou em instâncias decisórias instituídas pela Secretária Estadual de Saúde (SES/MS), a qual a instituição é vinculada. Neste exemplo, cita-se o Conselho Estadual de Saúde. As decisões destas instâncias irão reverberar diretamente nas atividades da ESP/MS.

VII – Infraestrutura

As instalações administrativas disponibilizadas, foram bem avaliadas pelos quinze trabalhadores, sendo que 46% avaliaram como excelente e os demais 26% como: Bom e Muito bom, demonstrando que a instituição tem se preocupado em garantir condições para execução dos trabalhos desenvolvidos.

Quanto à disponibilidade de equipamentos e suprimentos para desenvolvimento das atividades na instituição, os trabalhadores de modo geral avaliaram como: Bom (33%); muito bom (20%) e excelente (33%) e, apenas 6% avaliaram como péssimo e não se aplica.

As instalações de sala de aula foram bem avaliadas pelos cinquenta e três discentes, que atribuíram ao espaço físico o conceito muito bom (39,7%) e excelente (30,2%), assim como as cadeiras: muito bom (34%) e excelente (28,4%). A avaliação referente ao ar condicionado obteve uma avaliação de 15% como regular, e 37,8% como muito bom. Ressalta-se que o ar condicionado das salas de aula foram todos substituídos por novos equipamentos, como resultado da autoavaliação do biênio 2019-2020.

Com relação aos quesitos referentes a: iluminação, acústica, quadro/lousa, flipchart, recursos audiovisuais prevalece a avaliação como muito bom e excelente. O quesito acesso à internet para a maioria dos participantes é bom: 11 (20,8%); para 18 (34%) muito bom; e 10 (18,9%) avaliaram como excelente.

A respeito das salas para as atividades coletivas, a maioria dos discentes avaliaram o espaço físico como: Bom (20,8%) e Muito bom (39,7%), as cadeiras das salas tiveram avaliação: Bom (24,6%), Muito bom (30,2%) e Excelente (24,6%). Quanto aos recursos visuais e audiovisuais, os discentes atribuíram conceitos para Bom (15,1%); Muito Bom (32,1%) e Excelente (22,6%), sendo o conceito Muito bom, com maior percentual de aceite (32,1%). De modo geral, pode-se dizer que as salas atenderam às demandas dos discentes.

Em se tratando do laboratório de informática, a avaliação dos discentes em relação ao espaço físico, equipamentos de informática, acesso à internet, iluminação/ventilação e acústica, receberam o conceito entre: Bom, Muito bom e Excelente. No entanto, nesse quesito houve um número expressivo do conceito: Não se aplica (NA), pelo fato de os discentes não sentirem necessidade de utilizar o laboratório. A disponibilidade do laboratório é cortesia da instituição ESP/MS.

Na avaliação dos discentes para as instalações sanitárias, referente ao espaço físico observa-se que o conceito: muito bom, teve a adesão de 35,6%, seguido de Bom (28,4%) e (18,9%) Excelente, Os quesitos referente a: Limpeza, Iluminação e Ventilação, os discentes avaliaram como sendo: 1º: Muito bom; em 2º lugar: Bom e em 3º lugar: Excelente.

As instalações referentes à Biblioteca, Auditório e Alojamento não puderam ser avaliados pelos discentes em virtude de estar sendo realizada reforma no prédio.

VIII – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

Quanto ao projeto pedagógico do curso (PPC), a avaliação teve como possibilidades de resposta valores que variam de 1 (um) – péssimo - a 5 (cinco) – excelente. Identifica-se a partir das questões que a organização pedagógica do curso está bem estruturada segundo a perspectiva discente, desde a divisão dos conteúdos, distribuição de carga horária, nível de dificuldade que permite aprendizagem significativa e a disponibilidade do projeto para acompanhamento.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização em Saúde Pública e Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) têm carga horária total de 390 (trezentos e noventa) horas, distribuídas em três eixos temáticos e duração de 12 meses. Como método de ensino-aprendizagem os cursos utilizam as metodologias ativa a partir da problematização o que favorece a compreensão e apreensão do aprendizado ao público que se destina o curso, trabalhadores da área da saúde. A oferta de novos cursos com a mesma estrutura pedagógica está altamente recomendada, considerando a avaliação discente.

Quanto à atuação docente, A avaliação teve como possibilidades de resposta valores que variam de 1 (um) – péssimo - a 5 (cinco) – excelente. Segundo o Projeto Pedagógico dos cursos de especialização o docente tem como atribuição mediar o processo de ensino-aprendizagem através do apoio e estímulo às reflexões e proposição de possíveis soluções aos desafios identificados entre a teoria e prática de cada discente.

O corpo docente dos cursos é formado a partir de uma lista prévia de candidatos inscritos e habilitados via edital de seleção público (Edital de Credenciamento n. 001/2020 SES/MS), com exigência de formação em nível de doutorado e experiência prévia em docência.

As avaliações sugerem que o corpo docente em atuação no período da avaliação cumpriu o seu papel, desenvolvendo de forma satisfatória as atividades programadas, uso de recursos, acompanhamento periódico dos discentes e implementação de processos avaliativos.

Os critérios e meios para seleção do corpo docente demonstram serem oportunos para garantia da qualidade de formação dos cursos de especialização da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul.

Ao que se refere ao planejamento, a ESP/MS como Direção que compõe a Secretaria Estadual de Saúde segue as normativas que delimitam o planejamento em

saúde, elaborando a cada quatro anos o Plano Plurianual de Saúde (PPA) e, anualmente o Plano Anual de Saúde (PAS), considerando as diretrizes e metas estabelecidas no PPA.

O PAS é elaborado conjuntamente pela equipe ao findar o primeiro semestre de cada ano, onde são observadas as necessidades de saúde dos territórios, e as demandas das áreas técnicas da SES/MS.

IX – Políticas de atendimento aos estudantes

A política de acesso às ofertas da ESP/MS é estabelecida em Edital, sendo designadas vinte por cento das vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e deficientes. E, 70% das vagas destinadas para servidores efetivos e 30% para outros vínculos.

A Secretaria Acadêmica dispõe de mecanismos internos e ferramentas para a utilização e manipulação de dados acadêmicos para a elaboração de relatórios quantitativos e qualitativos na relação curso-discente que abrangem: perfil, evasão, concluintes, e outras informações que a coordenação considerar necessárias, bem como para o monitoramento e avaliação das ofertas.

No ano de 2021 iniciaram duas ofertas de pós-graduação *lato sensu*, sendo Saúde Pública (PGSP) e Saúde Mental e Atenção Psicossocial (PGSMAP).

Na PGSMAP foram trinta ingressantes, sendo das seguintes categorias profissionais: educação física, enfermagem, farmácia, medicina, psicologia e serviço social. Cinco discentes se apresentaram como sexo masculino e vinte e cinco do sexo feminino. Foram contemplados os seguintes municípios: Aquidauana, Batayporã, Bodoquena, Brasilândia, Campo Grande, Chapadão do Sul, Corumbá, Dourados, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas. Obteve-se três desistências, todas por motivo de ausência de liberação pelo município de Campo Grande.

Na PGSP também foram trinta ingressantes, das seguintes categorias profissionais: ciências contábeis, direito, enfermagem, farmácia, fisioterapia, medicina, nutrição, odontologia, psicologia e serviço social. Cinco se identificaram do sexo masculino e vinte e cinco do sexo feminino. Houve 1 (uma) desistência por motivo de saúde, 1 (um) por ausência de liberação e 01 (um) por aprovação em residência médica. Os municípios contemplados foram: Anastácio, Bela Vista, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Fátima do Sul, Inocência, Maracaju, Nioaque, Rio Negro, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas.

Quanto ao acompanhamento dos egressos, a ESP/MS esta em elaboração de um programa, tendo por diretrizes a criação de uma rede permanente de compartilhamento, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das ações de intervenção disparadas no percurso da formação, bem como propiciar espaço protegido para o compartilhamento e reflexões sobre o processo de trabalho.

X – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Conforme descreve o PDI, a Gerência de Administração e Finanças rege os processos financeiros e administrativos da ESP/MS, possuindo dotação orçamentária vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, mas com autonomia orçamentária e financeira para fazer a gestão desses recursos, inclusive com ações conjuntas com as áreas técnicas da SES/MS.

O planejamento das ações se dá a partir do Plano Estadual de Saúde (PES), instrumento de planejamento do SUS, realizado a cada quatro anos, pautado em uma construção coletiva, envolvendo diversos atores, como gestores, trabalhadores e participação da comunidade, onde se define as diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas; e no Plano Anual de Saúde, construído no segundo semestre de cada ano, definindo as ações para o ano subsequente, em cumprimento ao PES e ao Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde 2019-2022.

O PEEPS/MS permite identificar os problemas e as necessidades de ações educativas com o objetivo de qualificar e aperfeiçoar o processo de trabalho no Sistema Único de Saúde (MATO GROSSO DO SUL, 2019); sendo regido pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), uma estratégia político-pedagógica conduzida pelo Ministério da Saúde.

Dentro dessa concepção, a ESP/MS realiza a formação e desenvolvimento dos trabalhadores, através programação anual e plurianual, que abrange diversos campos da saúde pública, buscando pela diversidade de saberes e metodologias reflexivas e problematizadoras.

O orçamento no PPA para o aperfeiçoamento e qualificação da gestão do trabalho está em R\$ 14.791.800,00, sendo que para o ano de 2021 foi disponibilizado, ou seja planejado, 4.031.761,02 e 5.670.747,48 para 2022 referentes as ações da ESP/MS.

O acompanhamento das metas é realizado por meio dos relatórios quadrimestrais e anual de gestão, bem como pelo contrato de gestão, pactuado anualmente e coordenado pela Secretaria de Governo.

5. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Elaborar e executar a autoavaliação institucional, não tendo outras referências no Estado, foi extremamente desafiador. Pois, as experiências relatadas dizem a respeito de instituições de ensino superior ou de Fundações, que possuem pessoa jurídica diferente da ESP/MS.

O planejamento do projeto de autoavaliação bem como dos instrumentos teve por base as normativas e documentos técnicos do Ministério da Educação e INEP, que trazem muitas dimensões e analisadores que não vão de encontro com os objetivos e a função institucional.

Deste modo, recomenda-se que seja reelaborado o projeto de autoavaliação, considerando apenas o instrumento de avaliação institucional externa do CEE/MS como norteador para a construção das dimensões, analisadores e instrumento, sendo esta a composição do monitoramento e avaliação.

Contudo, ressalta-se que o próprio instrumento do CEE/MS deveria ser reavaliado, em grupo de trabalho com a presença das Escolas de Governo, pois há critérios que interferem diretamente na autonomia da instituição para com os seus processos, e outros que não vão de encontro com a proposta de uma Escola de Governo, com um público alvo bem definido como a ESP/MS.

É importante frisar que os trabalhadores da ESP/MS são concursados no cargo de especialistas de serviços de saúde, e não como docentes. Assim, é necessário observar isso ao estabelecer analisadores de desenvolvimento docente, publicação, pesquisa e etc., pois, são trabalhadores com funções diversas, ocupando o espaço do ensino, pesquisa e extensão na ESP/MS, não sendo previsto em Lei o cargo ou função docente para a Secretaria de Estado de Saúde.

Considerada como uma fragilidade a ausência de software para gerir os dados acadêmicos, recomenda-se a implantação de software para sistema acadêmico, que atenda a todas as ofertas da ESP/MS dentro do seu trinômio ensino-pesquisa-extensão.

Ainda, mesmo tendo sido bem avaliado o mobiliário, especificamente as cadeiras, recomenda-se a ampliação por aquisição de cadeiras acessíveis, com acento ampliado e canhoto. E que possua um espaço de descanso e pertencimento aos discentes.

Assim, conclui-se a primeira autoavaliação institucional gerando recomendações para a própria CPA, à Direção da ESP/MS e ao CEE/MS, na certeza de estão todos alinhados com uma formação de qualidade e transformadora de realidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano CXLI, seção 1, n. 72, pág. 3-4, 15/4/2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>. Acesso em 26/10/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 065/2014**. Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, 09 de outubro de 2014. Disponível em <http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf>. Acesso em 26/10/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf>

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde. Decreto nº 4.993 de 20 de fevereiro de 1989. Cria Escola de Saúde Pública e dá outras providências. **Diário Oficial** nº 2502, de 21 de fevereiro de 1989.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE/MS nº 10.679, de 13 de agosto de 2015. Estabelece normas para credenciamento de Escolas de Governo criadas e mantidas pelo Poder Público, integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. **Diário Oficial Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ano XXXVII, n. 9.000, p.5-6, 09/09/2015.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. **Deliberação CEE/MS n. 10.825, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre a interposição de recurso a resultados de avaliação externa institucional e de cursos de graduação de Instituições de Educação Superior (IES) do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CEE-MS_del.-10.825-2016.pdf

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde. RESOLUÇÃO N. 07/CIB/SES. Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite. Art. 1º Homologar a Resolução N. 02/CIB/SES que aprovou Ad Referendum o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do Mato Grosso do Sul, no período de 2019-2022. **Diário Oficial** n. 9.902, 15 de maio de 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde. Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser. Resolução n. 61/SES/MS, 24 de setembro de 2020. Regulamenta a realização de pesquisas científicas na estrutura básica da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Diário oficial n.10.286 de 24 de setembro de 2020**, p. 05 a 08. Disponível em: https://www.esp.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Resolucao-SES_No-61_2020_Regulamentacao-Pesquisas-na-SES.pdf

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde. Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2020-2024**. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2020. Disponível em <http://www.esp.ms.gov.br/>

APÊNDICE A

Clique para acessar: [Instrumento de autoavaliação institucional - público alvo: discentes](#)

APÊNDICE B

Clique para acessar: [Instrumento de autoavaliação institucional - público alvo: trabalhadores](#)